

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 84

Data: 3 de julho de 1983

Pg.: _____

Lucio Flavio Pinto

O símbolo da visita

Visitas oficiais ao Projeto Jari já houve — e em grande número. Algumas de maior expressão do que a que três ministros, dois governadores, parlamentares e diversos assessores governamentais realizaram entre quinta e sexta-feira passadas. Mas provavelmente nenhuma outra foi tão aparatosa quanto esta mais recente: seis helicópteros e seis aviões (um deles, o FH, com capacidade para 42 passageiros) foram mobilizados para o transporte dos membros da comitiva. E ela não participou de eventos de maior relevo que à mobilização feita.

A importância da visita, porém, não poderia ser avaliada pelos atos objetivos: ela teria que ser buscada em alguns traços simbólicos. Em primeiro lugar, na qualidade de algumas das autoridades presentes, como o general Danilo Venturini, ministro extraordinário para assuntos fundiários e chefe, no Conselho de Segurança Nacional, do almirante Gama e Silva, presidente do Gebam (Grupo Executivo do Baixo-Amazonas).

Gama e Silva personificou uma influente ala do governo, do estamento militar, que combateu não apenas a formulação teórica do Projeto Jari, como o seu comando em mãos de um único empresário — e, sobretudo, por ser ele estrangeiro. As posturas e mesmo a presença de Gama e Silva no Jari causavam constrangimento e ele próprio tinha que agir à margem da estrutura oficial. Mas agora já se mostrava desenvolvido, podendo apresentar as obras que o Gebam está realizando ou coordenando no Jari, após a nacionalização.

O ministro Venturini não evitou elogios à obra de Ludwig, reconhecendo que ele merecia uma estátua. Mas também deixou claro que D.K. cometeu vários erros, que agora estão sendo corrigidos. Até mesmo o presidente da Companhia Jari, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, admitiu que o projeto caminhava para um impasse com a Nação porque não havia dentro da empresa alguém que ditasse os desejos equivocados do milionário norte-americano ou que pudesse representá-lo em Brasília.

Ludwig expos-se demais para poder continuar desfrutando da parceria incondicional que o governo ofereceu-lhe durante tanto tempo sem provocar crescente insatisfação no interior do seu próprio organismo, sobretudo entre parcelas militares. A nacionalização foi uma contingência tanto para o governo, que a promoveu, co-

mo a corporação de 23 grandes grupos econômicos brasileiros. Dessa inusitada associação, que significou uma discrepância em relação aos padrões convencionais que regem o mundo dos negócios, resultou um pacto. A ele referiu-se o presidente da holding quando disse que os empresários receberam um envelope fechado, que só abriram após terem aceito a convocação do Presidente da República para serem os sucessores de Daniel Ludwig.

Os empresários, que pediram um ano para pensar e só tiveram direito a quatro meses, foram surpreendidos ao abrir o envelope. A dívida do projeto, agravada pela queda do preço da celulose, excedeu em muito a previsão, chegando a 85 milhões de dólares. E os novos proprietários alegam ter encontrado um processo operacional extremamente carente de racionalidade. Os sobrevôos de helicópteros procuraram demonstrar aos visitantes que, apesar de tudo, o empreendimento é uma realidade que deve continuar a ser consolidada, sob pena de enormes prejuízos.

A constatação pode parecer óbvia, mas os novos donos do Jari sabem, que há, dentro do governo, segmentos defendendo o simples abandono do projeto aos seus próprios meios, com uma ajuda estatal de tipo convencional, espantada com o volume do subsídio que o empreendimento ainda vai requerer. Mas, para a tendência dominante do governo, o Jari deixou de ser um simples empreendimento agroindustrial e pecuário privado: é visto como um inequívoco pólo de desenvolvimento.

Ludwig já pensara nisso, mas seus modos autoritários e sua condição de estrangeiro, assimiláveis apenas enquanto imperava a vontade impositiva da administração superior do Governo Federal, bloquearam seus caminhos. A corporação privada que o sucedeu também já apresentou sua proposta. Mas sua aprovação vai depender (e tudo indica que será mesmo compatibilizada e integrada) dos planos do Estado para essa região. Ela adquire importância ainda maior em função da atenção dispensada (mais pelo Estado-Maior do que pelo Itamaraty) à extensa e isolada fronteira com as Guianas.

O Jari é o mais próximo centro irradiador do *brazilian way of life*, para usar o jargão norte-americano que a investida estatal procurou justamente nacionalizar — ou impor o *cheiro verde-amarelo*, segundo a expressão cunhada pelo almirante Gama e Silva. Os termos desse projeto já estão delineados no papel: o que a visita procurou realizar foi a visualização física dos novos tempos. Eles já estão em curso. Tanto que, desta vez, a companhia e o Gebam agiram em articulação para organizar a programação, cumprida como se fosse uma das mais importantes da história do Jari. O que não deixou de ser, ao menos em seu valor simbólico.